



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N^o , DE 2010
(Do Sr. Paulo Rubem Santiago)

Solicita ao Sr. Ministro da Integração Nacional informações acerca do andamento do Projeto Pontal Norte em Petrolina/PE.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, incisos V e § 2º, 115, inciso I e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao andamento do Projeto de Irrigação Pontal Norte, localizado em Petrolina/PE, e cuja implantação está a cargo da CODEVASF, especialmente, quanto à relação das propriedades desapropriadas, valores pagos e o destino das atuais famílias de agricultores que já vivem na área.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto Pontal Norte de irrigação localiza-se em Petrolina/PE, sendo responsável pela sua implantação a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. O Projeto está sendo tocado mediante a criação de uma Parceria Público Privada – PPP.

Acontece que foi denunciado pelas comunidades de pequenos agricultores, do Pontal Sul e Pontal Norte, manipulações por parte da CODEVASF quanto à forma e valor pago nas desapropriações, bem como

ameaças de despejo, usando a força policial, para aquelas famílias que não aderirem à venda das terras, gerando um clima de medo, instabilidade e insegurança para essas pessoas.

Ao todo estão envolvidas quase 100 famílias de pequenos agricultores, que vivem na área há dezenas de anos. Os agricultores não são contra o Projeto em si, mas rejeitam as ameaças e reivindicam o direito de serem os primeiros beneficiários dos investimentos públicos, em vez de lhes tomarem simplesmente as terras, mediante indenizações irrisórias, o que certamente põe em risco a sua sobrevivência e as perspectivas de futuro.

Por esse motivo, estamos solicitando, ao Sr. Ministro de Integração Nacional, as informações acima especificadas, com vistas a um melhor conhecimento e acompanhamento da questão e para servir de embasamento na adoção de medidas legislativas que se fizerem necessárias.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO